



O LIVRO QUE SOBROU:
presos escravos em Pelotas (1862-78)

Caiuá Cardoso Al-Alam¹

Resumo: Nesta comunicação pretendemos abordar o banco de dados construído a partir das informações contidas no livro de Entrada e Saída de presos escravos da Cadeia de Pelotas. Tomaremos como perspectiva de comparação o trabalho de Thomas Holloway sobre o policiamento no Rio de Janeiro. Utilizaremos as categorias analíticas construídas pelo autor como fio condutor de nossa reflexão sobre Pelotas. Além disso, cruzaremos os contextos destas duas cidades, Pelotas e Rio de Janeiro, tentando perceber similitudes e dessemelhanças dos dados abordados.

Palavras-Chave: Cadeia. Rio de Janeiro. Pelotas.

Este texto pretende ser um ensaio preliminar sobre as informações contidas no único livro que sobrou do registro de entrada e saída de presos na cadeia de Pelotas². O livro trata especificamente de escravos e compreende os anos de 1862 a 1878.

Antes de tudo, alertamos para o seguinte problema: o livro é cheio de lacunas. Quando tentamos acompanhar os números de registros de prisões, podemos observar que muitas partes integrantes do livro desapareceram. As informações contidas nele e analisadas aqui devem ser relativizadas, mas podem nos ser muito úteis. Podemos traçar a partir destes indícios, alguns pontos específicos da história social da prisão: podemos perceber as características físicas dos presos tentando traçar um perfil de delinquência; podemos observar quais crimes levaram mais atenção das autoridades; quais dias onde se concentraram os maiores números de prisões; etc.

A estratégia deste texto é construir informações a partir deste banco de dados, utilizando da comparação com o trabalho de Thomas Holloway sobre as práticas e perfil da Polícia no Rio de Janeiro³.

Uma das justificativas poderia ser buscada numa das referências clássicas, como praticar a história comparada definida por Marc Bloch:

“[...] estudar paralelamente sociedades a um tempo vizinhas e contemporâneas, incessantemente influenciadas umas pelas outras, cujo desenvolvimento está submetido, precisamente por causa da sua proximidade e do seu sincronismo, à ação das mesmas grandes causas e que remontam, pelo menos em parte, a uma origem comum.”⁴.

No caso as sociedades vizinhas e contemporâneas seriam as cidades de Pelotas e do Rio de Janeiro, a primeira como principal referência comercial da Província do Rio Grande do Sul e a segunda, a capital do Império Brasileiro. As duas compartilhavam o mundo da escravidão, o cerceamento das camadas populares, incluindo os escravos, sob um paradigma de intensificação da construção de uma identidade nacional, profissionalização e fortalecimento da intervenção do Estado no campo da Justiça.

De certa forma, nosso trabalho decepciona neste momento por se tratar de um ensaio, pois quando pensamos na prática da história comparada, onde a erudição bibliográfica e a pesquisa empírica nos arquivos nos dois ambientes a serem comparados são imprescindíveis. Mas o que justifica a estratégia da comparação entre as duas cidades, é o fato da singularidade do livro da cadeia de Pelotas. Por ser este o único documento deste tipo que sobrou, só faria sentido sua análise ao contrapormos com outros trabalhos que abordem livros de entrada e saída de presos no Brasil do século XIX.

O trabalho de Thomas Holloway foi escolhido, pois este construiu categorias analíticas específicas para este tipo de documento, traçando um paralelo com o contexto da cidade do Rio de Janeiro. Mesmo o autor dando pouca atenção especificamente aos livros da cadeia, este também através da análise dos livros de registro das cadeias da polícia, pode nos indicar alguns caminhos para a reflexão.

Buscaremos utilizar e testar as próprias categorias analíticas criadas pelo autor, vinculando-as aos contextos, utilizando-se do olhar comparativo. No sentido muito mais de ser um ato comum aos historiadores, que levaria a observação de diferenças e semelhanças dos dados e contextos.

O período que abarca o livro da cadeia em Pelotas, de 1862 a 1878, foi o momento de recuperação da indústria do charque, o começo de sua expansão até chegar ao seu auge na

década de 1880⁵. Em 1861, os produtos derivados das atividades desta indústria, o couro e charque, somaram 74,9% das exportações da Província⁶. Também quando falamos da população, no período de 1858 a 1972, o seu número duplica, sendo que esse crescimento avança até o final do século XIX⁷. No Rio de Janeiro a situação não era diferente, desde a Guerra do Paraguai até a Proclamação da República, a cidade teve como marca a expansão urbana e uma crescente industrialização⁸. De 1849 a 1890, a população da capital imperial duplicou em seu número. As duas localidades enfrentavam o crescimento econômico e o inchaço populacional, principalmente com as imigrações.

Uma diferença é notável dentro das características destes contingentes populacionais: a população escrava. No ano de 1858 a população escrava no município de Pelotas contava 4.122 pessoas num total de 10.757, somando 38,3% da população⁹. Nas últimas décadas da escravidão o Rio Grande do Sul teria sido uma das províncias que mais perdeu contingente de escravos para a produção de café do sudeste brasileiro. A indústria do charque não conseguiu acompanhar a disputa com a economia do café. Mesmo assim o contingente populacional escravo ainda continuava importante na cidade sendo registrado o número de 5.918 no ano de 1884¹⁰. Se levarmos em conta a informação de que em 1890 a cidade contava em seu todo com 37.256 pessoas, podemos supor a partir deste dado e de uma relativização, que a população escrava, mesmo no ano forte das alforrias por contrato de serviço, 1884, poderia chegar a 15%. A indústria do charque não abandonaria a mão-de-obra escrava enquanto esta ainda fosse legal¹¹.

No Rio de Janeiro, a partir do contexto nacional de importação da mão-de-obra imigrante, combinado com seu contexto regional de industrialização crescente, a população escrava caíra pela metade entre os anos de 1849 e 1872: de 38% para 16%¹². A diferença que gostaríamos de realçar entre as duas cidades é o número de escravos na população, onde Pelotas, mesmo inserida no contexto nacional de declínio da escravidão, manteve um contingente considerável de trabalhadores cativos devido a especificidade de sua economia.

Acompanhando esse processo de declínio demográfico e social da escravatura no Rio de Janeiro, o Calabouço, prisão específica aos escravos que fecharia em 1874¹³, faria diminuir a pena de açoites. Depois de 1873 nem mesmo os senhores podiam assistir a aplicação das penas. Muitos destes acusavam a administração de agir brandamente com os trabalhadores escravos¹⁴. Este tipo de atitude, de encaminhamento dos escravos para a punição nas cadeias, observa-se a partir de uma maior inserção do Estado nas relações de produção do mundo da escravidão. Alguns autores já demonstraram o quanto foi custosa, tanto para os senhores

quanto para o Estado, essa disputa de autoridade sobre a pena, fazendo com que os primeiros acusassem o segundo de lhes retirar a autonomia e autoridade nessas relações sociais¹⁵.

Em Pelotas também observamos a prática dos senhores de encaminharem seus escravos a punições na cadeia da cidade. Conforme a tabela 1, abaixo, de 334 registros encontrados, 119 haviam sido encaminhados a pedido de seus senhores, somando 32,1%. Essa categoria apareceu no livro de Pelotas quase em sua totalidade, isolada enquanto registro. Em outros momentos apareceria acompanhada de outros tipos de crime, como furto, desordem, etc. Quanto ao debate da intromissão do Estado nas relações sociais do mundo da escravidão, podemos observar um registro de busca e açoitamento de um escravo ao Delegado queixando-se dos maus tatos de seu senhor.

Na tabela 1 dispomos os crimes a partir das categorias criadas por Thomas Holloway em suas reflexões sobre os bancos de dados das cadeias policiais. O autor separou os crimes em: “Contra a propriedade”, “Contra a ordem pública” e “Contra a pessoa”. Incluímos duas categorias específicas, “a pedido do seu senhor” e “fuga”, por nos ser evidente o grande percentual de ocorrência destas informações.

Ao referir-se ao livro da cadeia do Calabouço no Rio de Janeiro, específico aos escravos, o autor aponta o maior número de ocorrências relacionadas a “ordem pública”, cerca de 77,1%, e relaciona este alto índice a ameaça perturbadora que os trabalhadores escravos ainda representavam para os órgãos de repressão.

Em Pelotas, a tipologia “contra a ordem pública” aparece como a maior registrada, com 15,6% das ocorrências. Mas podemos observar que as outras categorias acompanham o percentual. Os crimes “contra a pessoa” somam 14,1%, e os crimes “contra a propriedade” 13,2%. Nos crimes “contra pessoa”, poderíamos buscar alguma relação com a profissão de trabalhadores de charqueada, devido ao caráter brutal do serviço como apontam as bibliografias e as fontes. Não encontramos evidências, sendo que o maior número de ocorrências relacionado àquela profissão foi o furto. Este delito foi o mais encontrado, com 10,8%.

TABELA 1

Delito	Nº	%
Contra a propriedade		
Furtos	40	10,8
Entrar em casa alheia	6	1,6
Incêndio	3	0,8
Subtotal	49	13,2

Fuga	36	9,7
Subtotal	36	9,7
Contra a ordem pública		
Vagar alta noite pelas ruas fora de hora	14	3,8
Desordem	21	5,7
Embriaguez	4	1,1
Jogos proibidos	2	0,5
Resistência	4	1,1
Para segurança	12	3,2
Acoutado	1	0,3
Subtotal	58	15,6
Contra a pessoa		
Homicídios	30	8,1
Tentativa de homicídio	11	3,0
Ofensa física	9	2,4
Sedução por feitiço	1	0,3
Estupro	1	0,3
Subtotal	52	14,1
A pedido do senhor		
	119	32,1
Subtotal	119	32,1
Outros		
Insanidade	1	0,3
Indagações policiais	6	1,6
Apresentação por maus tratos do senhor	1	0,3
Depósito para custas judiciais	1	0,3
Depositado por penhora	1	0,3
Recrutamento para Marinha de Guerra	1	0,3
Subtotal	11	3,0
Vazias		
	46	12,4
Subtotal	46	12,4
Total	371	100

Obs: o número de registros no livro é de 334, mas como os presos eram enquadrados em mais de um crime, contabilizamos todos os crimes relacionados. Por este motivo existe mais crime que pessoa. Margem de erro de 0,1%.

Perrot argumenta que os crimes de roubo na França cresciam de acordo com as demandas sociais, seja pela fome ou pela sedução das vitrines¹⁶. Não podemos fazer tal

afirmação, mas o fato é que Pelotas vivia um forte crescimento econômico, o que poderia evidenciar contrastes sociais, principalmente ao se tratar do mundo da escravidão. Wissenbach também reforça o discurso de que os crimes podem demonstrar as dinâmicas das relações sociais, o crime como um ato social que expressa tensões e espaços autônomos¹⁷.

Podemos observar também, ainda nos crimes “contra a ordem pública”, dois altos índices de crimes relativos a “desordem” e a “vagar a noite fora de horas”. O que, de certa forma, se mostrava como uma preocupação constante para as autoridades: a falta de controle das práticas de sociabilidade dos escravos. Vistas como práticas anticivilizadas e condenadas por serem propícias ao vício e a confusões, elas recebiam atenção especial. A “desordem” e o “vagar a noite” aparecem no livro algumas vezes combinadas, e também relacionadas à embriaguez, fuga e ao jogo. O que demonstra o fato de os escravos manterem relações que iam além da casa de seus senhores. O crime de “vagar a noite fora de horas” por si só já se destaca, demonstrando o quanto os trabalhadores escravos circulavam pela cidade sem a licença de seus senhores. Havia uma relação com a cidade que escapava aos olhares das autoridades, um mundo de relações invisíveis às elites, que causava tensão e medo¹⁸.

O alto índice de fugas deve ser tratado separadamente. Os dados apresentam-se concentrados na década de 1970. O que, em acordo com a bibliografia nacional, demonstra as tensões nas relações de trabalho do mundo da escravidão conforme avançamos os anos até a abolição¹⁹.

Quando observamos as informações sobre idade dos escravos presos, na tabela 2, o maior índice de registros encontrados foram os de vinte a trinta anos. Evidencia um caráter jovem dos encarcerados, demonstrando uma característica talvez da população escrava da cidade. Principalmente se levarmos como referência as bibliografias que assinalam as baixas expectativas de vida, que apontavam que um escravo, no caso o da charqueada, viveria de 5 a 7 anos em serviço²⁰. Bruno Pessi ao estudar os inventários de charqueadores entre os anos de 1849 e 1874 relativiza estas informações. Segundo o autor, conforme avançam os anos por ele abordados inseridos numa crise de abastecimento de mão-de-obra cativa, a média de idade dos trabalhadores escravos aumenta. Teria havido “[...] um aproveitamento maior do trabalho ao longo da vida do escravo, prolongando assim a idade produtiva do cativo”²¹. Podemos notar que os números do livro da cadeia se concentram entre os 11 e 40 anos, idade produtiva desses trabalhadores nos estabelecimentos charqueadores como aponta Pessi.

Interessante chamar a atenção para o fato de que os campos mais preenchidos quando falamos de idade, são aqueles que marcam as décadas, por exemplo, 20, 30, 40. Isso

demonstra talvez uma forma dos escravos registrarem a idade quando os escravos não as sabiam ao certo.

TABELA 2

Idade	Nº	%
0-10	2	0,6
11-20	73	21,9
21-30	149	44,6
31-40	63	18,9
41-50	16	4,8
51-60	4	1,2
Vazias	27	8,1
Total	334	100

Obs: margem de erro de 0,1%.

Vale registrar também que as informações entre 0 e 10 anos nos parecem ser um equívoco, já que foram contabilizadas características do perfil de barba nos sujeitos.

Na tabela 3 abaixo, temos os dados da qualificação de cor dos indivíduos escravos presos. A qualificação “Preta” foi a maior, somando 70,7%, seguida pela “Parda” com 20,1%. Na categoria “Parda” encontramos apenas um registro de procedência africana. As duas qualificações continuavam a serem relacionadas ao mundo da escravidão, mas a de “Parda”, como demonstra Hebe Mattos, extrapolava seu significado como referência a cor da pele do mestiço, do nacional. Esta categoria era usada como forma de registro de uma diferenciação social²². Assim, segundo a autora, “[...] todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, bem como todo homem nascido livre, que trouxesse a marca de sua ascendência africana – fosse mestiço ou não”²³.

TABELA 3

Cor	Nº	%
Indiática	1	0,3
Fula	5	1,5
Morena	2	0,6
Parda	67	20,1
Preta	236	70,7
Vazias	21	6,3
Total	334	100

Obs: os nomes que variaram uma letra, como nos casos “Parda”/“Pardo”, “Fula”/“Fulo”, optamos por juntar na mesma categoria.

A observação do campo das profissões, na tabela 4, também se mostra interessante. A categoria “todo serviço” foi a de maior índice, o que demonstra vestígios de uma característica de uma mão-de-obra não especializada. Parecem remeter a aqueles trabalhadores domésticos, já que os outros tipos de serviço foram detalhados pelos escrivães, como por exemplo, quando se faz referência ao espaço da charqueada, mas não se distingue o tipo de serviço naqueles estabelecimentos.

Referindo-se as charqueadas, esta é a terceira categoria com o maior número de informações, com 12,6% do total. A segunda categoria mais encontrada foi a de “campeiro” com 15,6%. O que ratifica o campo como forte expressão do mundo do trabalho escravo na região. A presença destes trabalhadores nas lidas campeiras era maciça, de acordo com o livro da cadeia. Se somarmos as categorias que de forma direta e indireta remetiam a produção do charque e de seus derivados, totalizamos a maioria dos dados. Evidencia, como já sabemos, a importância deste espaço de trabalho no campo econômico e do mundo do trabalho da cidade.

TABELA 4

Profissões	Nº	%
Alfaiate	8	2,4
Bolieiro	4	1,2
Calafate	1	0,3
Campeiro	52	15,6
Cargueiro	4	1,2
Carneador	8	2,4
Carpinteiro	2	0,6
Carreteiro	9	2,7
Carroceiro	3	0,9
Chapeleiro	8	2,4
Charqueada	42	12,6
Charqueador	7	2,1
Charreteiro	1	0,3
Chimango	1	0,3
Copeiro	10	2,3
Cozinheiro	20	6,0
Ferreiro	4	1,2
Jornaleiro	12	3,6
Lavoura	1	0,3
Leiteiro	2	0,6
Marceneiro	5	1,5
Marinheiro	2	0,6
Marítimo	3	0,9
Nada	1	0,3
Não tem	2	0,6

Oleiro	5	1,5
Panceiro ?	1	0,3
Pedreiro	8	2,4
Pintor	2	0,6
Plantador	1	0,3
Polidor	1	0,3
Sapateiro	4	1,2
Tanoeiro	1	0,3
Todo serviço	57	17,1
Trabalhador	1	0,3
Vazias	41	12,3
Total	334	100

Obs: algumas profissões que variaram letras como “Cosinheiro” e “Cozinheiro”, juntamos os números e colocamos como nome atual, corrigido. A categoria “Campo” juntou-se com a “Campeiro”.

Quando observamos os dados sobre a procedência dos presos escravos, encontramos uma composição étnica multifacetada. O maior número das informações é relativo a naturalidade da província com 47,9%. Os africanos somados chegam a 11,1%, predominando os trabalhadores escravos nacionais, demonstrando o fato de Pelotas ser um receptador de escravos já ladinizados no mercado interno. O que nada mais reflete o caráter do perfil nacional: com o fim do tráfico negreiro, a presença africana cai. Pessi também confirma a maioria da população de escravos “crioulos”, nascidos no Brasil. Nos inventários dos charqueadores pelotenses, de 1846 a 1874, o número de cativos nacionais aumenta conforme avançamos os anos²⁴.

TABELA 5

Naturalidade	Nº	%
4 ° distrito	2	0,6
África	19	5,7
Alagoas	1	0,3
Angola	2	0,6
Ausá	1	0,3
Bagé	5	1,5
Bahia	10	3,0
Brazileiro	7	2,1
Cabinda	1	0,3
Camaquã	4	1,2
Candiota	1	0,3
Canguçu	2	0,6
Cerrito	1	0,3
Congo	1	0,3
Desta Província	160	47,9
Encruzilhada	1	0,3

Jaguarão	5	1,5
Loanda	1	0,3
Maceió	1	0,3
Maçambique	3	0,9
Maranhão	2	0,6
Mina	8	2,4
Mina Gége ?	1	0,3
Missão	1	0,3
Passo dos goios	1	0,3
Pelotas	17	5,1
Pernambuco	9	2,7
Piauí	1	0,3
Piratini	2	0,6
Porto Alegre	4	1,2
Rio de Janeiro	3	0,9
Rio Grande	10	3,0
Santa Catarina	2	0,6
Santa Maria	1	0,3
Santana do Livramento	1	0,3
São Francisco	1	0,3
São Gabriel	1	0,3
Serra	1	0,3
Serra dos Tapes	1	0,3
Vacaria	1	0,3
Vazias	35	10,5
Ilegíveis	3	0,9
Total	334	100

Obs: alguns campos que variaram letras como “Canguçu” e “Cangussu”, juntamos os números e colocamos como nome atual, corrigido. Outras categorias também foram anexadas em uma apenas pelo motivo da procedência ser a mesma mas com nomes diferentes: como o exemplo “África” que juntou-se com a “Africano”, ou “Desta cidade” que juntou-se com “Pelotas”, e até mesmo “Rio Grande do Sul” que juntou-se com “Desta Província”. Deixamos alguns nomes como foram encontrados originalmente escritos, assim como relacionamos as dúvidas na tabela, pois acreditamos que isso deve ficar claro para outros pesquisadores. A construção de dados é sempre singular, depende do olhar e do interesse do pesquisador que a faz.

Holloway, através dos livros da polícia carioca, fez um levantamento das prisões nos dias da semana²⁵. A maior concentração de prisões se deu aos domingos, e o autor relaciona este fato a ser este o dia de descanso da maioria da população. No domingo as pessoas saíam para desfrutar do lazer, reuniam-se em lugares públicos, em tavernas, e muitas vezes estas práticas levavam a conflitos com a polícia, e conseguinte, a prisão.

Ao buscarmos os dados no livro da cadeia de Pelotas, relacionados na tabela 6, percebemos o maior número de registros na segunda-feira, com 61 prisões. Em segundo vem os domingos com 48 prisões e logo os sábados com 41 prisões. Em nossos dados se confirmam as análises de Holloway para o Rio de Janeiro, encontramos um grande número de

registros aos domingos. Mas as prisões nas segundas se destacam mais, e podemos inclusive supor que estas prisões estivessem relacionadas aos conflitos nos domingos.

Quanto aos horários dos registros das prisões, muitas lacunas dificultam a análise. Para se ter uma idéia, do universo de 334 registros, apenas em 45 constavam os horários. As prisões concentravam-se em maior número pela manhã. O que pode reforçar uma idéia de que seria este o momento de registro das ações realizadas a noite pelos policiais e demais responsáveis pelo policiamento.

TABELA 6

Ano	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	Vazias	Total dia
D	3	7	1	0	2	1	0	4	1	0	0	0	3	3	7	15	1		48
S	5	9	1	1	1	0	0	0	2	1	0	0	3	7	13	10	8		61
T	2	9	2	1	1	0	0	1	3	0	0	0	0	4	8	5	4		40
Q	3	5	0	0	1	0	1	1	0	2	0	5	0	4	3	3	4		32
Q	3	3	1	0	1	0	0	1	0	1	0	1	0	7	12	5	2		37
S	1	6	1	0	0	0	1	1	2	1	0	1	0	2	4	5	7		32
S	6	8	1	0	2	1	1	1	2	1	0	1	4	0	9	1	3		41
Vazias																		43	43
Total	23	47	7	2	8	2	3	9	10	6	0	8	10	27	56	44	29	43	334

Quando continuamos a analisar a tabela acima, observamos que existe um número reduzido de registros encontrados entre os anos da Guerra do Paraguai, de 1864 a 1875. Poderíamos inferir questões sobre as possibilidades de interferência da demanda da Guerra na entrada e saída de presos da cadeia, como por exemplo, o recrutamento. Poderia ter existido em Pelotas, uma demanda de presos recrutados para o front? E se houvesse, porque não encontramos registros no livro? De fato, o período da Guerra é o de maior lacuna de registros de prisões no livro. Para se ter uma idéia, enquanto encontramos no livro da cadeia para o ano de 1865, apenas dois registros, em relatório da Província para o Ministério dos Negócios e da Justiça, o Presidente acusa ter recebido no ano vigente o número de 238 presos em Pelotas, com lotação máxima de 31 pessoas e mínima com 22²⁶. Números díspares, que demonstram as deficiências do documento enquanto fonte, por lhe faltar páginas. Infelizmente apenas com a pesquisa em outras fontes é que seria possível observar os impactos da Guerra do Paraguai na cadeia de Pelotas.

As categorias observadas por Holloway nos possibilitaram organizar os dados de uma forma legível para pensarmos as formas de enquadramento dos crimes, já que este era o

objetivo do trabalho do historiador: pensar as práticas de policiamento. Pela especificidade de nossos dados, tivemos que abrir espaço para outras categorias, como “fuga” e “a pedido do senhor”. Infelizmente, por si só, esta fonte pode não nos dar evidências concretas, mas quando futuramente relacionada com outros tipos de fontes, poderá nos possibilitar maiores reflexões para o mundo social da prisão e da cidade de Pelotas.

Ao compararmos os resultados, observamos algumas diferenças que remetem ao contexto de análise, as diferenças sociais e comerciais entre as duas cidades. De certa forma, esta foi a importância deste exercício de comparação, aproveitar as categorias construídas como fio para análise, e exaltar as diferenças dos contextos para perceber certas singularidades.

¹ Doutorando em História Social na PUC-RS. Bolsista CNPQ. Agradecemos a Marcelo Farias Correa pelas reflexões e pela digitalização dos dados do documento a ser analisado neste texto.

² Biblioteca Pública Pelotense. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Livro de Entrada e Saída de presos escravos da Cadeia de Pelotas.

³ HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro*. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

⁴ BLOCH, Marc. “Para uma história comparada das sociedades européias”. In: *História e historiadores*. Textos reunidos por Etienne Bloch. Lisboa: Teorema, 1998. p. 123.

⁵ Ver: MAGALHÃES, Mario Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860 – 1890)*. Pelotas: EdUFPel, 1993. ; MONASTÉRIO, Leonardo. *FHC errou? A economia da escravidão no Brasil Meridional*. 2003. Extraído em: <http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A40.pdf>.

⁶ ROCHA, Jefferson Marçal da. *As raízes do declínio econômico da “Metade Sul” do Rio Grande do Sul – uma análise da racionalidade econômica dos agentes produtivos da região*. Primeiras Jornadas de História Regional Comparada. FEE, POA: 2000. Retirado de: www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s12a5.pdf no dia 12 de junho de 2009. p. 8.

⁷ GUTIERREZ, Ester. *Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. Pelotas: Universitária, 2004. p. 499.

⁸ HOLLOWAY, 1997, Op. Cit. p. 213.

⁹ GUTIERREZ, 2004, Op. Cit. p. 498.

¹⁰ LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Universitária, 2001. p. 69.

¹¹ Leonardo Monastério comprovou, que o motivo do declínio da indústria do charque estaria ligado ao crescimento das exportações do café, ao contrário da obra de Fernando Henrique Cardoso, que apontava para a inviabilidade causada pela não substituição da mão-de-obra escrava pela livre (MONASTÉRIO, Op. Cit.).

¹² HOLLOWAY, 1997, Op. Cit. p. 41.

¹³ ARAUJO, Carlos Eduardo Moreira de. *O Duplo Cativo: Escravidão urbana e o sistema prisional no Rio de Janeiro, 1790-1821*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2004. (Dissertação de mestrado em História). P. 43.

¹⁴ HOLLOWAY, 1997, Op. Cit. p. 214.

¹⁵ Como exemplos, os clássicos: ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁶ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 251.

¹⁷ WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos e vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 26.

¹⁸ Já apontamos o alto índice deste tipo de enquadramento de crime durante a primeira metade do século XIX em nosso trabalho de mestrado. Ver: AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A Negra Força da Princesa: Polícia, Pena de*

Morte e Correção em Pelotas (1830-1857). Pelotas: Edição do autor; Sebo Icária, 2008. p.60. Também ressaltamos as prisões diárias deste tipo de crime relacionadas nos jornais pelotenses durante as duas últimas décadas da escravidão. Ver o acervo de jornais da Biblioteca Pública Pelotense.

¹⁹ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004. p. 158.

²⁰ Ver: GUTIERREZ, Ester. *Negros, Charqueadas e Olarias: Um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. UFPEL, 2001. ; MAESTRI, Mário. *A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: EST, 1984. Em nosso ponto de vista, estes estudos ainda precisam de uma maior atenção para comprovação deste tipo de informação.

²¹ PESSI, Bruno Stelmach. O impacto do fim do tráfico na escravaria das charqueadas pelotenses (C. 1846 – C. 1874). Porto Alegre: UFRGS, 2008. Monografia de conclusão de curso de graduação em História. P. 49.

²² Conforme avança o século XIX, Mattos argumenta que a qualificação de cor desaparece. Evidencia o esvaziamento da cor como status social, devido a crescente absorção de negros e mestiços ao mundo dos livres. Ivana Lima ao pesquisar os censos do Rio de Janeiro do século XIX, alerta para o fato das inconstâncias das exigências por parte do estado em recolher as qualificações de cor entre a população. Ver: MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. O medo de causar enfrentamento entre os grupos sociais, em distingui-los, principalmente num período em que os escravos formavam a maioria da população. A partir do censo de 1872, a cor dá lugar a raça. Ver: LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

²³ MATTOS, 1998, Op. Cit. p. 30.

²⁴ PESSI, 2008, Op. Cit. p. 39.

²⁵ HOLLOWAY, 1997, Op. Cit. p. 181.

²⁶ Arquivo Nacional. Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1587 – Ofícios da Presidência da Província do RGS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça – 1865. Ofício nº 42, Pelotas, 17.03.1865. Agradecemos a Paulo Moreira por ter repassado as informações do documento.